

Seção: Contextualizando Gênero**TESTEMUNHAS E SOBREVIVENTES, A (RE) INVENÇÃO DE IDENTIDADES. VIUEZ, GÊNERO E O ESTADO DE EXCEÇÃO NA AMERICA LATINA.****Lidia M. V. Possas¹**

Resumo: Analisar a viuvez no contexto histórico e traumático tempo das ditaduras militares latino americanas dos anos 70-80, no Brasil e Argentina, diante da erupção do estado de exceção prolongado, onde foi possível observar as relações de gênero fazendo emergir novos significados nas *performances* constantes dos sujeitos envolvidos. Os relatos coletados evidenciam diferentes perspectivas de construção de si quando se expressaram e reconstruíram suas identidades vivenciadas em um ambiente político tensionado pelas ideologias em confronto no cotidiano, nas lutas de resistências e, nas formas de sobrevivência na fase de democratização.

Palavras Chaves: Sobreviventes, Testemunhos, Viuvez, Gênero, Estado de Exceção.

Resumen: El presente texto analiza la viudez en el contexto histórico y en tiempo traumático de las dictaduras militares latinoamericanas de los años 70-80, en el Brasil y Argentina, debido a la erupción de estado de excepción, donde fue posible observar las relaciones de género haciendo de aparecer los nuevos

significados en constantes *performances* de los sujetos envueltos. Los relatos demuestran perspectivas diferentes de la construcción del si cuando fueran expresados y reconstruidos en sus identidades vividas en una atmósfera política tensionada pos las ideologías en la confrontación cotidiana, en las luchas de resistencias y, en las formas de supervivencia en la fase de democratización.

Palabras Clave: Supervivientes, Testemunhos, Viudez, Género, Estado de excepción.

Introdução

A condição de testemunhos de sobreviventes como fonte documental foi alvo de uma consistente e vasta apreciação após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), sendo essencial na busca da verdade e da justiça, uma vez que muitas das provas documentais escritas foram

¹ Livre Docente em História, Relações de Gênero e Feminismos na America Latina, junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e Coord^a.do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/LIEG - /UNESP, campus de Marília, SP – BRASIL. lidia.possas@uol.com.br

destruídas intencionalmente pelos governos fascistas.

No entanto reconhecemos que as “verdadeiras” testemunhas, aquelas que viveram em situação limite, o mundo submerso daquele estado de exceção em Auschwitz, como campo de concentração e campo de extermínio, que “tocaram o fundo do poço”, foram os *muçulmanos*², e portanto não puderam fazê-lo. E os sobreviventes, aqueles que conseguiram manter a vida, no final da guerra, mesmo em estado precário, não se assumiram como autênticos sobreviventes, e sim de pseudo testemunhas porque “falam no lugar e por delegação, diante da impossibilidade da presença” (LEVI, 1990:47-48).

Portanto o uso da palavra oral enfrentou desafios, principalmente diante das epistemologias científicas que ainda se apoiavam nos paradigmas tradicionais de uma verdade, de uma escrita. Nos processos de crimes instalados contra os crimes de *lesa humanidade* praticados pelos Estados totalitários, foram as provas submetidas ao confronto e os

fundamentos de apuração entre a ética e o fazer justiça. Processos judiciais, no caso de Nuremberg além, de outros ocorridos dentro e fora da Alemanha as práticas genocidas de natureza física, biológica e cultural³ cometidas, foram denunciadas pelos sobreviventes junto os organismos internacionais e ganharam força nos inúmeros protocolos de Direitos Humanos. E no fazer jurídico dos julgamentos, o uso das recordações traumáticas, vivenciadas em situação extrema, por relatos de experiências traduzidas em testemunhos qualificados transformou-se em fenômeno, de certa maneira paradoxal onde vítimas e opressores, confrontaram-se no ato de acusar e de assumir culpas, diante dos tratamentos sofridos e os infligidos, onde o direito e a moral ficaram frente á frente.

Permanecem, no entanto as questões e principalmente as preocupações com o uso da oralidade, como da confiabilidade, da legitimidade e do esquecimento intencional a que muitos dos sobreviventes se colocam. É o caso dos sobreviventes dos campos de

² O termo vem da linguagem dos campos de concentração alemã; eram os prisioneiros que havia perdido qualquer esperança; “era um cadáver ambulante, uma feixe de funções físicas já em agonia”. Reconhecido como os “ não homens, os mortos vivos”. AMERY/1987.

³ SAVAZZONI (2009:5), reforça esses crimes no século XX, e que apesar de todo o avanço da civilização humana, foi o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala e na extensão, caracterizando o genocídio sistemático.

concentração e de extermínio, instalados pelas ditaduras militares na América Latina.

No caso da Argentina, tive acesso a um relato, registrado três décadas depois, tomados pela jornalista Mariani (2012)⁴, com sobreviventes de La Perla⁵, percebendo o quanto é complexo ser testemunha, ser sobrevivente. O caso de uma mulher sobreviver frente às lembranças de um vivido traumático, também passa pelo modo como concilia as identidades conflitantes que assumiu, no caso a militante montonera, esposa de um companheiro, mãe de Gustavo, viúva de Molinete, ex-torturada de La Perla e também faxineira, Teresa⁶. Conhecida como a “Tina, a prisioneira que apagou a luz de La Perla, ao meio dia de 28 de dezembro de 1978” evidenciou o seu mal estar, uma vez que sentia sobre si, a

condição de suspeição, justamente porque tinham conseguido sair com vida, daquele lugar que ela considerou *um inferno*:

“Unicamente o que interessava para eles (no caso os agentes) é dizer que os sobreviventes foram colaboradores, nos colocando como cúmplices. Eu nunca me senti sua cúmplice ou colaboradora. Eles nos colocavam nessa situação. E era opção sua ou não aceitar. A relação deles conosco foi completamente tática” (Entrevista à MARIANI, 2012:21)⁷

Recuperar essas falas foi o objeto de minha pesquisa com os testemunhos de sobreviventes femininas e viúvas, no caso das ditaduras latino americanas, com a clareza de que teria pela frente as questões que envolvem a memória, construída e reconstruída à luz do presente. Um presente, que retoma um passado próximo e trágico e o refaz. Para tanto me referenciei em Primo Levi (1990:9-16), como um dos sobreviventes de *Auschwitz*,

⁴ Periodista argentina, com várias publicações premiadas. Seu livro *La Perla, historia y testimonios de un campo de concentración* (2012) em parceria com o historiador cordobês Alejo Gómez Jacobo teve grande repercussão no país e internacionalmente.

⁵ La Perla ou La Universidad (funcionou de 4/1976 à 12/1978) quando em 1979 foi “legalizado como uma unidade militar” (2012, p. 370) e hoje transformado em Espacio para la Memoria La Perla/Cordoba. Foi considerado o segundo campo de extermínio da Argentina, com “uma maquinaria de terror planejado para exterminar opositores políticos”. Estima-se que naquele lugar passaram 2200 y 2500 pessoas, Foram mais de

416 vítimas entre assassinatos, desaparecidos e sobreviventes. MARIANI, 2012:370

⁶ Teresa Célia Meschiati, esteve presa em La Perla durante dois anos e três meses e apresentou seu primeiro testemunho na Nações Unidas em 1980. Normalista com 17 anos conheceu seu primeiro marido, Carlos Olmedo, um dos líderes das FAR, assassinado pela ditadura de Alejandro Lanusse (1967).

⁷ Lo único que les interesa es decir que los sobreviventes fuimos colaboradores de ellos, para hacernos quedar como sus cómplices. Yo nunca me senti su cómplice ni colaboradora. Ellos te ponen esse mote, y está em vos aceptarlo o no. La relación de ellos com nosotros fue completamente tática. Tradução da autora.

quanto se referiu a memória humana colocando como “instrumento maravilhoso, mas falaz” e prosseguiu:

“as recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos. Sabem-no bem os magistrados: quando nunca sucede que duas testemunhas oculares do mesmo fato o descrevam do mesmo modo e com as mesmas palavras, ainda que seja recente e nenhum dos dois tenha interesse em deformá-lo”.

O objetivo aqui é (re) tomar os relatos de viuvez no contexto histórico dos 70-80, diante da erupção do estado de exceção prolongado, onde foi possível perceber que aquela condição adquiriu novos significados em *performances* constantes dos sujeitos envolvidos. Nas narrativas coletadas as diferenças de gênero⁸ foram visíveis quando as mulheres se expressaram e reconstruíram suas identidades em um ambiente político tensionado pelas ideologias exacerbadas da Guerra Fria. Foi um momento de confrontação de ideias, sentimentos, posições em um cotidiano de conflitos

⁸ Representadas pela hierarquização dos papéis, funções e atribuições sociais que distinguem homens e mulheres na sociedade e que podem sofrer variações e intensidades de exclusão segundo a classe social, a etnia, a raça e a geração.

⁹ Foi um aparato repressivo do Estado e de política internacional (re) inventado pelos governos

diários, motivados pelos sequestros, desaquecimentos de pessoas e mortes. A referencia espacial ao Cone Sul deveu-se a identificação da geopolítica dos países da América do Sul com regimes ditatoriais e integrantes da Operação Condor⁹.

E por que retomar a condição de viuvez? Primeiro porque ser um estado civil reconhecido juridicamente amparada por forte tradição que mantém a representação que muitas vezes a torna inflexível, além de possuir uma historicidade revestida de valores morais, estéticos e de práticas profundamente arraigadas na sociedade. No caso brasileiro republicano, a viuvez recebeu pelo Código Civil de 1916, a normatização que pré estabeleciam comportamentos, as garantias à herança e a participação dos cônjuges bem como as condições e os impedimentos de acesso aos bens. E em análise mais pontual regulou as relações de gênero aonde a “mulher” na linha sucessória vinha em terceiro lugar após os filhos, o que foi sendo modificado pela

militares do Cone Sul, com presença ativa do Brasil em uma rede colaboração, de inteligência, de serviço secreto entre as ditaduras que conseguiu eficácia suficiente para dizimar milhares cidadãos e cidadãs, através de um “estado clandestino” de difícil enfrentamento, inclusive jurídico.

jurisprudência até Código Civil de 2005, que lhe ampliou direitos.

Além disso, as imagens simbólicas da viuvez são duradouras, permanecendo no caso feminino com associações de segregação, de exclusão e de vitimização em alguns casos. É comum ainda encontrar os tradicionais significados, principalmente no vocabulário jurídico, com referências a um estado ou sentimento de desamparo, desconsolo, privação, solidão (HOUAISS, 2001:2875).

Recentemente o estado civil da viuvez voltou a ser alvo de notícias ao ser atingida¹⁰ em nossos pais com novas regras de concessão de pensão, tempo de união e com redução de benefícios, que no caso do presente texto não deverá ser alvo de discussão.

Portanto, concebo a viuvez como sendo um enigma a ser decifrado e também desnaturalizado em seus sentidos fixos, a partir das(os) testemunhos, de

sobreviventes das ditaduras militares, em um esquadramento do recente (LARROSA, 2014) com uma abordagem, não menos polêmica do campo da história do tempo presente¹¹, mantendo, no entanto a perspectiva comparativa entre Brasil e Argentina¹².

Reconheço a complexidade da oralidade, tendo em mente as palavras que Levi, narrava como um sobrevivente. A memória possui seus lugares e a legitimidade do relato, bem como também transparece de muitas dúvidas. Esses sentidos, opostos, caminham juntos e são confrontadas na relação do passado e presente que a todo momento se coloca na construção de si no ato da fala. A testemunha, como assinalei, enfrenta situações: ou quer esquecer, ficar em silêncio, como ressalta Levi: “Alguns de meus amigos, que são muitos caros, nunca falam de Auschwitz. Ou, como ele próprio se coloca: “outros falam disso sem parar e eu sou um deles”(1997:224).

¹⁰ Medida Provisória n. 664/2014, publicada no Diário Oficial em 30/12/2014, veio alterar a concessão da pensão, que era integral que passou para 50%, sendo 10% por filho, com uma carência de 24 meses de contribuição para a Previdência Social e com o tempo mínimo de 2 anos de casamento/união estável. www.previdencia.gov.br

¹¹ Levando em conta a existência da distinção de tempos entre “história do presente” (os últimos 50 anos), a “história próxima” (últimos 30 anos) e

a “história imediata”, no calor da hora, próxima ao modelo jornalístico. MARANHÃO FILHO, 2009:137-151

¹² O projeto, em sua 2ª fase, com bolsa CNPq, intitula-se “Os lugares e os usos da Memória: dos Anos de Chumbo à Democratização. Narrativas, vivências e as lutas simbólicas das viúvas no Brasil e Argentina”(2015-2017)

Na cidade de Cordoba, na Argentina, meu campo de pesquisa, onde permaneci por três meses, as mulheres é que me procuraram ao saber que havia uma pesquisadora entrevistando mulheres em condição de viuvez, motivadas por *desaparecimento* dos maridos/companheiros. Nas narrativas coletadas senti que havia uma predisposição para contar as experiências vividas, principalmente porque naquele mês de março 2013, onde se vivia na cidade um clima de confissões, depoimentos, admissões por parte dos opressores argentinos, motivados pelos *juicios*¹³ que estavam ocorrendo.

O que observei foram que nos relatos das sobreviventes vítimas do aparelho repressivo cordobes, elas possuíam um aspecto em comum: a certeza de que foram *contemporâneas* daquele período traumático, embora cada uma a seu modo se colocava numa relação subjetiva com aquele tempo, repleta de dúvidas e remorsos. Cada uma esboçou as

trajetórias pessoais, as opções políticas e o mais relevante, procuravam racionalizar e compreender os motivos que as levaram a tomar caminhos, que exigiram muito de cada uma delas. Fazem avaliações e se valeu a pena?

E nessa perspectiva me aproximei do que AGAMBEN (2009:62-63) chama de “ser contemporâneo”: sendo aquele indivíduo que mantém fixo o olhar no seu tempo para nele perceber não a exatidão das luzes, mas o escuro que o envolve”. E refleti sobre zonas escuras que elas relatavam, duvidavam, ou até queriam esquecer. Não se trata bem a ausência de luz, nem a inércia e muito menos a passividade. Isso acontece quando os indivíduos ao narrarem, lembrarem de um tempo vivido, refazem percursos e nesse movimento percebem as suas próprias trevas, aquele seu escuro especial e que à luz do presente, interpelam e tentam entender.

As mulheres viúvas¹⁴ entrevistadas¹⁵, em sua condição de

¹³ Em Cordoba houve “A Megacausa La Perla” que julgava os delitos *de lesa humanidad* considerado um dos mais importante do país e que teve início em novembro/2012 com audiências que se estenderiam até final de 2014.

¹⁴ Entrevistar viúvos, no caso das cidades de São Paulo/Brasil e em Cordoba /Argentina foi quase impossível. No Brasil, houve mais homens na lista dos desaparecidos registrados pela Comissão

Nacional da Verdade/ CNV. Em Cordoba, encontrei um viúvo, em uma entrevista de segunda mão, publicada na **Exilios**, Diário de la Memória da Comisión y Archivo Provincial de la Memoria, 2012.

¹⁵ Foram 14 entrevistas em Cordoba e em São Paulo/Brasil 5 entrevistas. Não consegui ampliar os contatos com as viúvas de São Paulo até dezembro /2013, devido a uma série de

sobreviventes, estão (re)vivendo e refazendo constantemente as opções feitas, as práticas mais obscuras, de trevas em narrativas que ela atualizam, de acordo com momento político e o processo histórico de consolidação democrática, seja no Brasil como na Argentina.

O Brasil, desde o fim da ditadura militar em 1985, tardiamente implementou medidas e averiguações dos crimes de *lesa humanidade* praticados pelo terrorismo de Estado, devido a presença da lei da Anistia (1979)¹⁶, ainda em vigor.

A instalação da Comissão Nacional da Verdade/CNV deu-se em 2012¹⁷ e ela enfrentou forte resistência, principalmente das Forças Armadas, em nome da Anistia assumida. Ao finalizar seu trabalho a CNV utilizou-se dos argumentos da decisão da Corte Interamericana dos Direitos Humanos,

dificuldades de ordem pessoal que elas me colocaram.

¹⁶ A Lei n. 6.683 de 28/8/1979, no período de distensão do governo de Joao Figueiredo, veio sepultar o passado recente, anistiando principalmente os agentes do Estado. Esse assunto é analisado por Glenda Mezarobba em sua dissertação de Mestrado *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências*. dissertacaoglenda.pdf, publicada em 2006

¹⁷ No seu 1º Relatório da CNV, (2012-2013) coletou um grande volume de acervo documental,

que em 2010 responsabilizou o Brasil pelo desaparecimentos de inúmeras pessoas, alegando que :

(...) “são manifestamente incompatíveis com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação de graves violações de direitos humanos, nem para a identificação e punição dos responsáveis.” (Carta Capital, 2014)¹⁸

No encaminhamento do Relatório Final à presidência (12/12/2014), registrou que houve os desaparecimentos concretos e em suspenso, no caso da justiça, bem como o registro dos depoimentos das vítimas e dos acusados, sem no entanto quaisquer indicações de procedimentos jurídicos. Estamos vivendo ainda um período de confirmação das denúncias.

Na Argentina, o processo de redemocratização foi radical e teve início logo após a queda da ditadura de Videla¹⁹ com a instalação da Comissão Nacional

no entanto “não são suficientes para o trabalho de investigação da CNV “ e que precisou ser confrontados com a coleta de depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes institucionais” (2013:07).

¹⁸ Carta Capital de 10/12/2014. Consultado em 07/01/2015 em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-pede-a-revisao-da-lei-da-anistia-3171.ht>.

¹⁹ Jorge Rafael Videla foi o comandante-chefe do Exército que liderou o golpe de Estado na Argentina em 1976. Foi julgado e condenado morrendo na prisão em 2013, com 87 anos.

sobre Desaparecimentos de Pessoas/CONADEP²⁰, em 1984, que passou a identificar os campos de concentração e extermínio²¹, fazer o levantamento de documentos e de testemunhos de sobreviventes, dando prosseguimento à processos jurídicos com a realização dos julgamentos penais, divulgando os acontecimentos vivenciados com a “ oficialização” dos esquemas repressivos que Estado Militar procurou apagar (CALVEIRO:18). Com isso houve significativos avanços de apuração da Justiça, associada às lutas da Organização dos Direitos Humanos argentinos que tornaram inaceitáveis em deixar que o silêncio sepultasse o passado trágico.

E vivendo nessa relação de passado recente e um presente conturbado pelas reivindicações dos distintos movimentos sociais na busca de direitos civis e justiça que as mulheres em condição de viuvez, retomaram a sua

contemporaneidade enfrentando á luz da memória, e por efeito, as *trevas* vividas. E nesse contar e ao (re) organizarem as suas falas, como testemunhas-sobreviventes, passaram a refletir sobre o lugar que ocuparam nos anos 60-70 e que agora transitam. Algumas delas tornaram-se membros atuantes nas organizações familísticas como dos Familiares dos Desaparecidos, dos H.I.J.O.S e de Direitos Humanos, na Argentina e no Brasil associaram-se aos grupos de familiares dos desaparecidos .

Ambas as narrativas, sejam as argentinas como as brasileiras, refletem o quanto acreditaram nas opções políticas, ideológicas assumidas que colocavam a luta coletiva por uma sociedade revolucionaria e igualitária acima de qualquer opção individual. Acreditavam estar fazendo a sua parte, onde as suas vidas estavam à mercê de um futuro próximo e possível, e para tanto transgrediram alguns dos papeis

²⁰ Tomei contato com essa instituição e de sua ampla veiculação na mídia, inclusive internacional quando me encontrava em estagio pós doutoral em Cordoba/Argentina em 2013. A expressão era utilizada como a fonte dos informes sobre El Juicio al terrorismo de Estado..

²¹ Segundo Calveiro (2013:41), entre 1976 e 1982 funcionaram na Argentina 340 campos de concentração/extermínio distribuídos por todo o território nacional, sendo a sua complexidade devido a variações pelo número de presos quanto

pelo tamanho das instalações. A Província de Cordoba, território do III Corpo do Exercito, comandada pelo oficial por Luciano Benjamin Menéndez, “ Cachorro” condenado em 2001, a prisão perpetua, se encontravam quatro: La Perla(1976-1979); D2 Bomberos (1976-1978); La Ribera (1975-1979) e D2 Cabildo (1977 a 1983). Megaucausa “ La Perla”, 2012

tradicionais de gênero, embora contraditoriamente os tenham defendido. No processo de lutas como membros das organizações de esquerda, algumas casaram outras não, optando por viver sem as normas da educação burguesa, visando o casamento a formação da família; fizeram escolhas afetivas, amaram intensamente seus companheiros.

Passando as entrevistas com as cordobesas, tem o caso de Ana²² que nasceu em berço de ouro, conforme ela mesma frisou, e como universitária, entrou para a luta armada, seguindo o grande amor de sua vida. Engravidou contra a sua vontade, uma vez que se prevenia: “[...] eu não queria engravidar, não estava previsto, e eu usava contraceptivos, supositório(sic), lembra que vendiam na época? Fiquei grávida e mantive essa gravidez somente por amor ao Cabezón e por amor a esse filho que vinha”²³.

Quase todas viveram sim a maternidade, em situações de

clandestinidade enfrentando muitas vezes a condenação das organizações de esquerda que não eram unânimes quanto a concepção de filhos e a militância.

Candy, estudante secundarista e com 15 anos conheceu Carlos, universitário da Faculdade de Ciências da Educação/UNC. Em 1971, ela com 19 anos e ele 25 anos, casaram-se apenas no civil e, devido a este fato, enfrentou conflitos com seus pais que desejavam que houvesse a cerimônia religiosa na igreja.

Casados e com dois filhos, começaram a colaborar no Partido Revolucionário dos Trabalhadores/PRT e devido a militância ativa em Cordoba, Candy achou mais prudente deixar os filhos na casa de seus pais. Com o golpe de 1976, na Argentina, tendo a casa invadida, ela não foi presa porque se encontrava fora e o marido tinha fugido. Logo depois, ele foi preso e morto:

[...] Em junho, julho de setenta e seis. Já estávamos em plena ditadura, e foi muito forte, não somente pelo fato de matarem ele, mas matavam muitos dos nosso

²² Com 19 anos entrou para a Universidade Nacional de Cordoba/UNC e logo começou a se interessar por posições da esquerda estudantil, embora fizesse crítica ao marxismo pela ausência de linhas de ação social mais concretas. Veio, depois, a realidade sindical e das crianças pobres dos bairros periféricos da cidade. Aproximou-se Roberto, *El cabezón*, líder sindicalista e com ele

passou a viver na clandestinidade em Buenos Aires onde foram transferidos pela organização.

²³ “[...] y no quería tener, no estaba previsto em mí, yo usaba contraceptivos, pero yo usaba supositório, te acordaba que vendían en esta época los supositórios? [...] quedándome embarazada logré ese mantenerse ese embarazo solamente por amor, amor al Cabezón y por amor a ese hijo que venía”. (Entrevista concedida à Autora em março/2013)

companheiros e os que estavam presos, outros desaparecidos. Eu não sai do país, fiquei e os meus filhos com meus pais” (Entrevista concedida em 13/03/2013, no Archivo de la Memoria/Cordoba).²⁴

O relato de Candy, a maternidade precoce e o seu afastamento dos filhos são lembrados com pesar ao rever seu passado próximo e como sendo dias difíceis e alegando sua inexperiência; porém, atribui justamente àquele período o fato de ter se tornado uma mulher mais forte, dona de si, embora lembre que em sua condição de filha, de moça de família seu pai fora violento na criação das meninas, que lhe deviam obediência. E, agora na condição de sobrevivente, assumia a legitimidade de sua viuvez na busca de seus direitos, inclusive de indenização por parte do Estado. Atua junto aos movimentos de direitos humanos em prol de justiça pelos desaparecidos políticos na Argentina.

Aquelas que enfrentaram a tortura, o enclausuramento em campos de concentração retomaram as trajetórias e, enfrentam aqueles momentos de escuridão e que durante algum tempo evitaram

testemunhar e, indignadas contaram como a exposição pública e abusiva de seus corpos, a forma e a ironia dos homens, agentes da repressão as deixavam paralisadas. Eles as tratavam com xingamentos reforçando a condição de “ putas” e que se estavam ali era porque mereciam aquele tratamento, uma vez que deveriam estar em casa como mães; a violência física e os estupros foram relatados, e eram colocadas como perigosas à sociedade e traidoras dos valores maiores da Nação ativando uma espécie de ira dos seus torturadores . E mais uma vez me utilizo das palavras de “ Tina”, quando explica a relação entre as prisioneiras dos campos e os torturadores:

[...] A relação deles conosco foi completamente tática. [...] Sem deixar de lado que eles eram o inimigo, era necessário manter certo trato com eles, porque estávamos frente a frente vinte quadro horas por dia. Essa é a pior sequela que mantemos, ainda trinta anos depois: a. sequela da invasão. Não me violaram com sexo, porém Manzanelli. Colocava-me choques elétricos na vagina. Fiquei um mês sem poder juntar as pernas, devido aos ferimentos e a pela exposta. Isso é violação.

[...] Nesse sentido , nos as mulheres somos mais fortes que os homens, talvez porque somos mais sofridas.

²⁴Em junio, julio de setenta y seis. Ya estábamos em plena dictadura, fue muy fuerte e no solamente el hecho de que lo matan a el, sino que matan muchos de nuestros compañeros e muchos estaban

presos, otros habían desaparecido. Yo no me fui del país, me quedé aquí, los chicos siguieran com mis padres. Entrevista concedida à autora em março de 2013.

Porém a humilhação é algo que não esquecemos. Que um tipo ria porque estamos nuas, atada e com a cara tapada, e saber que existe outros que também estão ali, rindo. *Tina vc tem muito pelo...* E nesse momento, ainda que pareça mentira, me dava vergonha não ter me depilado. Havia outro que me tocava, porque estava amamentando e tinha os seios cheios. [...] Eu não tinha problema em ficar nua em minha casa com meu companheiro, porém era diferente estar indefesa diante de dez ou vinte homens. (MARIANI, 2012:373)²⁵

Aquelas que passaram por julgamentos nos tribunais militares e constatando-se ausência de maiores comprometimentos com a guerrilha receberam sentença como prisioneiras políticas e foram presas em cárceres²⁶.

Ao situar em seus testemunhos as versões e subjetivas condições de olhar o

seu passado, tive acesso aos protagonismos e as relações de gênero vivenciadas. Foi possível ver que na condição de “contemporâneas” de uma época, passaram a buscar maior clareza dos escuros vividos. Adaptaram, improvisaram e muitas vezes reforçaram os papéis femininos de esposas, gestantes e mães como discursos de legitimidade para enfrentar a ação repressiva.

Através dos “paraderos”²⁷, registro inicial de busca legal de desaparecidos junto aos órgãos policiais e que eram acompanhados através de *habeas corpus*, observei que a conduta de valer-se dos papéis tradicionais, em um espécie de “jogo de gênero” foi privilégio, quase exclusivo de mulheres em busca de

²⁵ La relación de ellos con nosotros fue completamente táctica. [...] Sin dejar de lado que los otros eran tu enemigo, era necesario mantener cierto trato con ellos porque estaban las veinticuatro horas del día frente a vos. Esa es la peor secuela que te queda, aun treinta años después: la secuela de la invasión. A mi no me violaran con el sexo, pero Manzanelli me puso la picana en la vagina. Estuve un mes sin poder juntar las piernas porque se me pegoteaba la piel abierta. Eso es violación”.

[...]En ese sentido, las mujeres somos más fuertes que los hombres, quizá porque somos más sufridas. Pero la humillación es algo contra lo que no se puede. Que un tipo se ría de vos mientras estás desnuda, atada y con la cara tapada, y saber que hay diez tipos más que también te señalan y se ríen. *Tina, acá tenéis mucho pelo...* Y nesse momento, aunque parezca mentira, me daba vergüenza no haberme depilado. Había otro que se me burlaba

porque yo estaba amamentando y tenía tetas gordas. Yo no tenía problemas de estar desnuda em mi casa com mi compañero, pero distinto es estar indefensa delante de diez o veinte hombres. Tradução da Autora. Entrevista contida a jornalista argentina Mariani.

²⁶ Na Argentina, desde 1971, havia grupo de tarefas paraestatal que deu origem a Triple A, o primeiro grupo de extermínio prévio do golpe na cidade de Córdoba. Esse grupo inaugurou a instalação de processos com aparências jurídicas, podiam encaminhar para os cárceres comuns, porém em alas separadas das *presas comuns*. <http://www.perfil.com/domingo/Una-Triple-A-cordobesa--20131020-0017.html> Acesso em outubro de 2013.

²⁷ A documentação estava organizada em 4 caixas, devidamente catalogadas e organizadas por ano. A seleção que fiz, privilegiou as mulheres, na tentativa de localizar os “esposos”.

informações dos esposos, de filhos e parentes. Reforçavam as fragilidades femininas de sobrevivência com a ausência de um provedor, do marido que se encontrava desaparecido. Seria um a forma de resistência com objetivo de conciliar a opção revolucionária com as condições de família? Creio que sim. Sabiam utilizar o discurso da família, da esposa desamparadas, da mãe sem sustento para a prole como estratégia política. Nesse caso os papéis de gênero, podiam fornecer informações e manter as aparências necessárias para muitas das militantes.

Reconheço que sabiam viver em uma espécie de *zona híbrida*, e em um novo exercício e registro da palavra sobre o vivido de um passado, refeito no presente tinham a consciência dos avanços das conquistas femininas nos últimos anos. O testemunho, então se refaz e denuncia os esforços de estar consciente e de ser ao mesmo tempo contemporânea, mas singular na relação com seu próprio tempo.

É como viver *na fronteira* das oposições binárias e abstratas do ser homem e mulher, do ser viúva ou não. As ideias apresentavam-se fragmentadas e muitas vezes desconexas diante da

presença das experiências que foram difusas e plurais

É justamente, neste limite entre ser ou não ser, entre assumir aquelas funções à elas designadas pela formação e educação que tiveram como de ser mãe, esposa, que resignificaram a viuvez, introduzindo a figura da *mujer de desaparecido*, agora com um sentido político, conciliado, vivencia em seus processos de mediação, de exercício de trocas e principalmente de ter que fazer escolhas, mesmo convivendo em conflitos pessoais.

Embora tenha encontrado nos *paraderos*, solicitações encaminhadas também em nome das famílias sobre as mulheres desaparecidas não localizei a situação de homens/viúvos apresentarem-se para obter informações das esposas.

Reconheço que a viuvez masculina não foi alvo da pesquisa, porém fiquei instigada em saber as razões dessa ausência? Comecei a fazer perguntas, com hipóteses mais gerais e por curiosidade: E as mulheres desaparecidas, os maridos não entraram com recurso de busca sobre o seu paradeiro?

Nos inúmeros contatos, obtive respostas vagas de serem eles o maior

numero de desaparecidos, estarem mortos e, portanto silenciados.

No entanto identifiquei um deles, Carlos Tello, 54 anos,²⁸ e ex-militante montonero. Ficou viúvo de “Sisita”, também militante que foi sequestrada e assassinada. Tiveram uma filha²⁹, em 1974 e ele passou a viver na clandestinidade, em uma espécie de exílio interno que lhe impôs o esquecimento familiar e obrigou-o a assumir distintas identidades. Em sua entrevista, enfrenta as suas zonas escuras e as duvidas através de uma mediação conflituosas repassada de triunfos e derrotas, conquistas e fracassos em sua vida publica, privada e clandestina. Suas lembranças avançam e recuam ao mesmo tempo, numa tentativa de encontrar algo verossímil pelo que fez e viveu: “Minha militância se desenvolveu

nas zonas urbanas e sob condições de perseguição”³⁰.

Atualmente casado finaliza: “como pode um militante ser afastado de sua família, sua filha e tenha colocado no fogo a sua própria vida. Tudo foi em função de uma utopia, um idealismo. Com isso nos *cambiamos* muito as nossas identidades”.³¹

As indagações Tello, o viúvo, são devidamente datadas e evidenciam a preocupação em avaliar sua militância, os riscos, a vida colocada à disposição de um ideal que ele, no presente, denominou de utópico, e que em nenhum momento da entrevista, referiu-se ao significado da perda de sua companheira “Sisita” cuja a revelação e imagem são silenciadas pelo o que viveu na condição de um militante e , pelas muitas identidades que assumiu.

²⁸ Com 16 anos e estudante secundário, Tello iniciou sua militância política. Fez parte da geração dos 70 e como montonero acreditava na ideia da revolução. Foi protagonista dos crimes e perseguições da ditadura, sendo sua companheira sequestrada e desaparecida. *Exilios*, Comisión y Archivo Provincial de la Memoria. Ano V, nº 6, Córdoba, dezembro de 2012. P. 16-18

²⁹ Mariana Eva Tello Weiss, membro da organização H.I.J.O.S e como doutora em Antropologia faz parte do Núcleo Cultura y Política da Universidad Nacional de Córdoba/UNC e atua junto a Comisión de la Memoria de Córdoba. Foi criada pela família, uma vez que sua mãe, foi assinada em julho de 1976 em Tucumã. Possui vários artigos publicados sendo um deles: “ Vivimos al límite. Al límite entre la

vida y la muerte, entre el bien y el mal”. El miedo en la memorias sobre la lucha armada em los 70.p.27-43. IN: **Medos y Memorias em las Sociedad Contemporáneas**. SCHMUCLER, Héctor, Córdoba, Comunic-árt Editorail, 2006

³⁰ *Exilios*, Córdoba. 2012, p. 18.

³¹ [...]como puede ser que un militante haya arriesgado su familia, su hija y haya puesto em la parrilla la vida propia.. Todo era en función de una utopía, un idealismo. Com isso nosotros cambiamos mucho nostras identidad”. *Exilios*, Córdoba. 2012:18.

Esse comportamento, eu não identifiquei nas mulheres que entrevistei, apesar de recordarem as lutas, os riscos, os sofrimentos enfrentados, e “eles”, os companheiros foram lembrados e enaltecidos. Na maioria representavam “o grande amor” de suas vidas. A paixão, a eterna saudade são sentimentos reveladores o quanto representaram para elas de maneira intensa e nunca silenciados.

Penso que o estado civil da viuvez, em uma perspectiva histórica assumiu distintos usos e comportamentos, afastando-se dos estereótipos. Nas lutas pela democratização dos anos 70-80 foi confrontada em suas tradicionais representações e, ter sido motivada em tempos das ditaduras, pela ação da repressão.

Na condição de cônjuges, pelos menos no Brasil, mantiveram a figura de “viúvas” nas lutas por indenização por parte do Estado. Na Argentina, inseridas no processo de busca de justiça pelas organizações de direitos humanos, recriaram) uma outra condição civil, assumindo-se como “*mujeres de los desaparecidos*”, com forte conotação política, argumentando quem não houve

óbito, nem um corpo, legalmente identificado.

No entanto, nas entrevistas, observei o quanto a palavra viuvez/viúva está ainda carregada de significados relacionados à tradição, que, no entanto foram alterados, resignificados pela experiência pessoal em uma história do presente que enfrentou o terrorismo de Estado. É na condição de sobreviventes e mulheres que enfrentaram as condições adversas que redescobriram, através do relato, o quanto a vida de cada uma mudou: sejam as identidades e os papéis referenciados em situações de gênero.

No caso das mulheres cordobesas entrevistadas, ao estranharem a minha pergunta quanto a sua condição de cônjuge e viúvas, negaram esse estado civil. E colocando-se como *mujeres de los desaparecidos*, assumiram um visível engajamento político perpassado por ideias feministas e de igualdade de gênero, sem no entanto assumir-me como tal.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. (2009) **O que é ser contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó, SC. Argos.

CALVEIRO, Pilar. (2014). **Poder e Desaparecimento. Os campos de Concentração na Argentina.** São Paulo, Boitempo.

Diário de la memoria- **EXILIOS:** Destinos. Experiencias. Relatos. Comisión y Archivo Provincial de da la Memoria . Cordoba, Ano V, vol. N.6 dez.2012 .

INSTITUTO HOUAISS. (2001). Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0. São Paulo: Objetiva, 1 CD Rom.

LARROSA, Jorge. (2014). Tremores: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica.

MARANHAO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (2009). *Por uma Historia do tempo Presente: uma historia de nós mesmos.* **IN: Fronteiras:** Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17, p.137-151.

MARIANI, Ana. Magacausa (2012). **La Perla, Derecho a La Verdad / Derecho a La Justicia.** Comisión y Archivo Provincial de La Memoria, Cordoba.

MEZARROBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências.** Consultada em 2006 em [dissertacaoglenda.pdf](#).

POSSAS, Lidia M. V. (2011). As Fronteiras: retomando a palavra e libertando significados. Quem sou eu? As mulheres e as identidades redescobertas. **Territórios e Fronteiras** (Online), v.4, p.1 – 267.

SAVAZZONI, Simone de Alcantara. Crime de Genocídio. Consultado em 04 jul. 2009 em <http://www.lfg.com.br>.